

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 125

Período: de 22/05/04 a 28/05/04

Franca – Brasil

- 1-Presidente Uribe pede ajuda ao Brasil contra o terror
- 2-Ministério da Defesa e governo do Rio divergem sobre ação policial
- 3-Participação brasileira na missão de paz no Haiti
- 4-Ministério Público Militar arquiva inquérito sobre morte do professor
- 5-Governadora do Rio de Janeiro indenizará vítimas da Ditadura Militar
- 6-Defesa terá aumento suplementar
- 7-Acidente com helicóptero de última geração causa morte de três militares
- 8-Nova tecnologia de pintura de aeronaves renova avião presidencial
- 9-Exército construirá rodovias de acesso aos assentamentos da reforma agrária
- 10-Ministro da Defesa descarta pressão sobre o Brasil por possível acordo nuclear com a China
- 11-Governo pretende regulamentar “Lei do Abate”
- 12-Jornal discute indiferença dos Estados Unidos à Política Internacional brasileira

Presidente Uribe pede ajuda ao Brasil contra o terror

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, pediu, durante uma conferência em Madri, que o Brasil e os demais países vizinhos ajudem na luta contra o terrorismo e o narcotráfico, informou a *Folha de S. Paulo*. Uribe disse ainda que espera o apoio do Brasil para utilizar o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/05/04).

Ministério da Defesa e governo do Rio divergem sobre ação policial

O jornal *O Globo* noticiou que, de acordo como o secretário estadual de Comunicação do Rio de Janeiro, Ricardo Bruno, já está planejada a primeira operação conjunta do Exército e da polícia militar em favelas do estado. A operação teria sido combinada em duas reuniões do Comando Militar do Leste (CML) e teria como objetivo apreender armas de uso exclusivo das Forças Armadas. Contudo, tanto o Ministério da Defesa quanto o Comando Militar do Leste (CLM) e a Justiça Militar negaram qualquer plano de ação no estado, conforme informou o *Jornal do Brasil*. De acordo com o jornal, a assessoria do ministro da Defesa, José Viegas Filho, se disse “perplexa” com as notícias divulgadas pelo governo do Rio. O CML declarou que existe um plano elaborado pelo setor de inteligência da própria instituição para o cumprimento de uma possível missão, ainda indefinida, mas também negou que tivesse ocorrido qualquer reunião com o governo do Estado para elaborar ações conjuntas. Já o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que é contrário à utilização do Exército nas ruas do Rio de Janeiro, anunciou que estão em curso reuniões secretas entre os líderes dos governos estadual e federal. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o ministro reafirmou que o Exército não fará policiamento ostensivo e que, em caso de necessidade, o governo

federal poderá realizar uma intervenção de maior peso. (Jornal do Brasil – Cidade – 22/05/04; O Globo – Rio – 22/05/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/05/04).

Participação brasileira na missão de paz no Haiti

Nesta semana, os jornais noticiaram os preparativos da equipe que participará na missão de paz no Haiti. Segundo a *Folha de S. Paulo*, a tropa brasileira será incumbida de escoltar comboios humanitários, proteger autoridades e instalações e bloquear ruas e estradas quando for necessário, entre outras tarefas. Os fuzileiros navais que participarão da missão passaram por treinamentos específicos na região metropolitana do Rio de Janeiro, a cargo de profissionais da Força de Fuzileiros da Esquadra. Estes militares também receberam noções elementares de francês crioulo, a língua falada pela maior parte da população local. Além disso, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais Haiti será responsável pelo estabelecimento de postos de observação e checagem de documentos. A preocupação com as péssimas condições sanitárias do Haiti fez com que a Marinha aplicasse sete vacinas em todos os militares enviados. Atualmente, o país caribenho conta com a presença de tropas norte-americanas, chilenas, francesas e canadenses que compõem parte de uma missão autorizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este mesmo jornal noticiou que há entre os 230 militares brasileiros selecionados para a missão uma expectativa quanto a sua remuneração pela participação na missão, que, apesar de não ter sido divulgada ainda, será paga em dólares. Os primeiros militares brasileiros partiram para o Haiti na última sexta-feira (28 de maio). O general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que comandará a força internacional de paz no Haiti, declarou que a missão de estabilização possivelmente será a última oportunidade para a reconstrução do país. O comandante das tropas brasileiras na missão, general Américo Salvador de Oliveira, por sua vez, alertou os fuzileiros navais de que estes deverão permanecer imparciais diante das disputas políticas do país. A permanência dos brasileiros no Haiti poderá ser prorrogada em até dois anos, segundo acordo estabelecido entre o governo federal e a ONU. O general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, afirmou neste dia 25 que se as enchentes no país continuarem, poderão prejudicar o trabalho da força de paz. Mas ressaltou que as tropas poderão colaborar no atendimento às vítimas. Pereira também afirmou que uma das primeiras missões da força de paz é desarmar a população. O general brasileiro teve o nome aprovado semana passada pelo Departamento de Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU). A força de paz terá no total 6.700 integrantes, sendo 1.200 brasileiros. Já foi confirmado também o envio de 600 militares chilenos e 500 argentinos, além da provável participação de soldados do Peru, Paraguai e Nepal. Os militares brasileiros começarão a chegar à capital do Haiti, Porto Príncipe, no dia 29 deste mês. Os primeiros a desembarcar serão os 42 homens do destacamento precursor, responsável pelos preparativos para a chegada do restante das tropas. Em 1º de junho, 98 militares do Exército e 63 fuzileiros navais, integrantes do chamado escalão marítimo deixarão o Brasil de navio rumo ao Haiti. O restante do contingente seguirá de avião. A previsão é de que até 24 de junho todos os 1.200 militares brasileiros estejam em território haitiano. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/05/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 23/05/04; O Globo – Mundo – 26/05/04).

Ministério Público Militar arquiva inquérito sobre morte do professor

O Ministério Público Militar determinou o arquivamento do Inquérito Policial Militar (IPM) aberto para investigar a morte do professor Frederico Branco de Faria, que aconteceu no dia 04 de março de 2003, durante bloqueio militar da Operação Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro. A ordem para arquivar as investigações foi dada pela vice-procuradora-geral da Justiça Militar, Adriana Lorandi, sob a argumentação de que os militares autores dos disparos contra o carro do professor agiram em legítima defesa. O promotor da Justiça Militar Ronaldo Petis Fernandes, designado para o caso, já havia solicitado o arquivamento em junho do ano passado, sob a alegação de que o militar alvo do processo havia agido "em estrito cumprimento do dever legal, de acordo com o preceituado na diretriz para emprego de tropa em ações de garantia da lei e da ordem". A ação militar à época, entretanto, era inconstitucional. O emprego de tropas nesse tipo de ação, segundo a legislação brasileira, seria permitido por intervenção decretada pelo presidente da República, o que não foi feito, segundo noticiou o *Jornal do Brasil*. (Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 24/05/04).

Governadora do Rio de Janeiro indenizará vítimas da Ditadura Militar

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, instalou ontem, em cerimônia no Palácio da Guanabara, a Comissão Especial de Reparação, que vai registrar e analisar pedidos de indenização de vítimas da ditadura militar no estado. Baseada no decreto 31.995/02, que regulamenta a Lei Estadual 3.744/01, a Comissão será formada pelos secretários estaduais de Justiça, Carlos Alberto Lopes, de Direitos Humanos, coronel Jorge da Silva e de Ação Social, Fernando William, além de integrantes do Conselho Regional de Medicina, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa, do grupo "Tortura Nunca Mais" e da Procuradoria Geral do Estado. As vítimas de tortura terão seis meses para se inscrever na Secretaria de Direitos Humanos, que terá um ano para analisar os pedidos. A representante do grupo "Tortura Nunca Mais" na comissão, Flora Abreu, declarou achar que cerca de mil pessoas procurarão a comissão. (Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 25/05/04).

Defesa terá aumento suplementar

Diante do aumento da arrecadação nos primeiros quatro meses do ano — R\$ 2,8 bilhões a mais que o previsto — a equipe econômica decidiu, no dia 24 de maio, liberar mais R\$ 1,1 bilhão que estavam contingenciados do Orçamento para investimentos e custeio da máquina estatal. O Ministério da Defesa terá a liberação de R\$ 120 milhões. (O Globo – Economia – 25/05/04).

Acidente com helicóptero de última geração causa morte de três militares

Apesar do nevoeiro e da morte de três militares na queda de um helicóptero do Exército em Itatiaia (sul do Rio de Janeiro) no último dia 24, as manobras de treinamento na região, previstas para durarem até o dia 28, não foram interrompidas. Por causa do mau tempo, no entanto, foram suspensos 40 saltos de pára-quedistas.

Apesar de o helicóptero acidentado ter equipamentos para operar em más condições de visibilidade, o nevoeiro da noite de segunda-feira (24) pode ter contribuído para a queda. O laudo sobre o acidente ficará pronto em 30 dias, mesmo prazo previsto para a conclusão do inquérito aberto pelo Comando de Aviação do Exército, ao qual pertencia o HM-1Pantera prefixo EB-2015. O helicóptero bateu numa torre de alta tensão e caiu enquanto participava, com outros seis aparelhos, da distribuição de 200 cadetes do 3º ano do curso da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) pelos pontos de treinamento na região. Segundo informações do Centro de Comunicação do Exército (Ccomsex), nenhum cadete ficou ferido no acidente, bem como todos os militares envolvidos no acidente eram profissionais com larga experiência em aviação, pertencentes ao 3º Esquadrão de Aviação do Exército, baseado em Taubaté, São Paulo. Este é o segundo acidente com mortos envolvendo helicópteros do Exército. O primeiro aconteceu em um vôo entre Taubaté e Belo Horizonte, em outubro de 1995, quando a queda de uma aeronave Esquilo matou quatro militares. O presidente da República em exercício, José Alencar, enviou mensagem de pesar do governo e do povo brasileiro ao comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, pelo acidente. (Jornal do Brasil – Cidades – 26/05/04; O Estado de S. Paulo – Cidades – 26/05/04; O Globo – Rio – 26/05/04; O Globo – Rio – 27/05/04)

Nova tecnologia de pintura de aeronaves renova avião presidencial

O Boeing 707 da Força Aérea Brasileira (FAB), conhecido como “sucató”, antes de embarcar com o presidente Luis Inácio Lula da Silva para a China, recebeu nova pintura e perdeu 280 quilos. Tudo graças a uma nova tecnologia de pintura de aeronaves, a Seelig Painting System (SPS), desenvolvida pelo ex-oficial da FAB Seelig I. Costa. Tecnologia homologada e patenteada pelos órgãos competentes, o SPS reduz de mil para 22 horas o tempo de pintura, além de ser bem mais leve que a tinta tradicional. O contrato para pintar o Boeing 707, aposentado pelo presidente anterior Fernando Henrique Cardoso, partiu de uma oferta da empresa Best SPS para pintar um caça AMX, a título de demonstração. Depois de obter o consentimento do presidente, a Aeronáutica solicitou que ao invés do caça a empresa pintasse o avião presidencial. (O Estado de S. Paulo – Economia – 27/05/04).

Exército construirá rodovias de acesso aos assentamentos da reforma agrária

O Ministro da Defesa, José Viegas e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, assinaram no último dia 26, um convênio para a realização de serviços de engenharia nas rodovias de acesso aos assentamentos da reforma agrária. As obras serão executadas pelo Exército. Para Rossetto, a falta de estradas "isola e dificulta a integração econômica das famílias assentadas". Dos 6,3 mil projetos de assentamentos, cerca de 80% não têm acesso a estradas, o que impede o escoamento da produção das famílias assentadas. (Jornal do Brasil – Brasil – 27/05/04).

Ministro da Defesa descarta pressão sobre o Brasil por possível acordo nuclear com a China

Depois da divulgação, no último dia 24, de informações segundo as quais o Brasil estaria negociando a venda de urânio bruto à China, para obter recursos com os quais revitalizaria o seu programa nuclear, o Ministério da Ciência e Tecnologia distribuiu no dia 26, em Xangai (China), uma nota detalhada em que afirma não existir qualquer negociação sobre o assunto entre os dois países. "A parte chinesa", diz a nota, "demonstrou interesse em explorar conjuntamente possibilidades de ampliar a cooperação na área de energia nuclear para fins pacíficos". Mais adiante, esclarece que a China "demonstrou igual interesse em adquirir urânio não-beneficiado, bem como em conhecer a tecnologia de enriquecimento do mineral". A resposta do ministro Eduardo Campos, de Ciência e Tecnologia à consulta chinesa, ainda segundo o texto do Ministério, foi dizer que o Brasil "não participa do comércio internacional de minério de urânio" e que uma revisão dessa política "dependeria dos resultados de estudo abrangente, em nível interministerial". Quanto ao urânio enriquecido, o texto afirma que o Brasil "não dispõe de capacidade para atender às suas próprias necessidades internas, não estando, portanto, em condições de exportá-lo". Antes da nota de esclarecimento do Ministério ter sido divulgada, o jornal *O Estado de S. Paulo* consultou alguns oficiais das Forças Armadas a respeito de um possível acordo com a China. Segundo os oficiais, não há maiores motivos para preocupação na realização do acordo, se o emprego militar não estiver envolvido. Por não terem sido consultados e não terem conhecimento dos termos de um possível acordo, os militares receberam com uma certa cautela a idéia do ministro Eduardo Campos. Especialmente, porque esse acordo poderia despertar a desconfiança de outros países, principalmente vizinhos, como a Argentina, com quem o Brasil tem um tratado regulamentando ações nessa área. Segundo a *Folha de S. Paulo*, as negociações do acordo com a China trouxeram novamente à tona a preocupação de especialistas internacionais e do Departamento de Estado dos EUA de que o Brasil estaria em busca da tecnologia necessária para a fabricação de armas nucleares ou de que o urânio a ser exportado pelo Brasil para a China possa ser revendido a países não-signatários de acordos que restringem a proliferação de armas. No entanto, o ministro da Defesa, José Viegas, após esclarecer que desconhece os detalhes da negociação com a China, descartou a hipótese de eventuais pressões internacionais, ao afirmar que o país não tem programa secreto, que a capacidade brasileira de enriquecimento de urânio é inferior a 5%, como determina as leis internacionais, bem como que qualquer parceria que venha a ser firmada estará de acordo com as regras internacionais previstas em acordos de não-proliferação de armas dos quais o Brasil é signatário. De acordo com o *Jornal do Brasil*, essa possível parceria com a China deve ser estudada como uma das propostas a serem apresentadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já que ele determinou que em 90 dias fosse apresentado um relatório com propostas para salvar o programa nuclear brasileiro. Segundo *O Estado*, os militares esperam ser chamados a integrar o grupo de trabalho que irá propor mudanças no programa. (Folha de S. Paulo – Brasil – 26/05/04; Jornal do Brasil – Brasil – 26/05/04; Jornal do Brasil – Brasil – 27/05/04; O estado de S. Paulo – Nacional – 26/05/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/05/04; O Globo – Economia – 27/05/04).

Governo pretende regulamentar "Lei do Abate"

Segundo noticiou o jornal *O Globo*, o governo decidiu regulamentar a "Lei do Abate", aprovada pelo Congresso em 1998. A regulamentação possibilitaria a aplicação direta da lei que permite a derrubada de aviões civis suspeitos de estarem sendo usados para tráfico de drogas ou que se comportem de maneira hostil. A medida foi anunciada pelo ministro da Defesa, José Viegas Filho, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Congresso, e segundo ele, o decreto que regulamenta a lei deve ser editado até o fim de junho. O ministro teria pedido a parlamentares aliados que convencessem os demais, que aliam a regulamentação à aprovação da pena de morte. Além disso, uma outra preocupação do governo seria os Estados Unidos, que têm imposto medidas de represália econômica aos países que aprovam leis de abate. Segundo *O Globo*, em 2003, o ministro da Defesa chegou a se encontrar com o secretário de Defesa americano, Donald Rumsfeld, para esclarecer como seriam as operações de abate. O vice-ministro de Defesa da Colômbia, Andres Peñate Giraldo, visitará o Brasil, uma vez que o governo colombiano quer que o Brasil regulamente a lei de abate de aeronaves e repasse informações obtidas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), conforme noticiou ainda o periódico. Para tratar de cooperação no combate ao crime organizado, ele terá encontros com os ministros Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e José Viegas, da Defesa. De acordo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a regulamentação da Lei do Abate dificilmente será realizada até o fim de junho como anunciou o ministro da Defesa, pois o texto da lei é considerado pelos parlamentares como burocrático e de difícil execução, além de não proteger juridicamente o piloto que executará a missão. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o governo federal informou que regulamentará a Lei do Abate quando os vizinhos sul-americanos da Amazônia (Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela) fixarem procedimentos semelhantes. A autorização para o abate já existe no Peru e na Colômbia. O jornal aponta que os Estados Unidos fazem pressão para que a legislação adotada seja uniforme. Os norte-americanos temem que aeronaves suas sejam derrubadas por engano. Segundo o Ministério da Defesa, aguarda-se "uma costura internacional diplomática" para que se crie um "sistema interativo de controle". Há quem argumente que o abate representaria, na prática, uma implementação da pena de morte -não apenas para o piloto, mas também para eventuais ocupantes do avião. No Brasil, está em fase final de elaboração o texto de um decreto presidencial que tratará do tema. O artigo, do Código Brasileiro de Aeronáutica, já foi sancionado pelo Congresso, em 1998. Os países, sob iniciativa do Brasil, buscam a adoção de um "sistema de visualização único", o que permitiria, segundo a Defesa, uma "transferência de alvo". Como exemplo, uma aeronave perseguida pelos radares colombianos já entraria em território brasileiro como suspeita. Para o Ministério da Defesa, o caso não pode ser tratado como uma "pena de morte", e sim como uma "resistência à prisão". Para acelerar o processo, o Brasil já colocou à disposição dos vizinhos de Amazônia uma proposta de integração ao Sistema de Vigilância da Amazônia. Um sistema único, segundo a Defesa, facilitaria a execução das leis. A pasta, porém, não deu detalhes sobre o assunto. O Brasil é o único país da região a dominar tecnologia de monitoramento aéreo e sensoriamento remoto -que permite vasculhar vastas extensões de solo por meio de radares, sensores infravermelho e de microondas. Em junho do ano passado, um avião do Sivam

conseguiu localizar um cativo em território peruano, o que permitiu a libertação de reféns que estavam sob a guarda do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso. A ação foi requisitada pelo governo do Peru. Regulamentada, a Lei do Abate deve priorizar o controle a ações de narcotraficantes. Hoje, segundo o Ministério da Defesa, aeronaves sem identificação entram diariamente em território brasileiro já cientes de que não podem receber o "tiro de destruição". Atualmente, existem oito procedimentos em vigor na checagem de um vôo. O abate seria o nono. (O Globo – O País - 25/05/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/05/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 28/05/04).

Jornal discute indiferença dos Estados Unidos à Política Internacional brasileira

Segundo o *Jornal do Brasil (JB)*, a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China que renderia uma parceria nuclear foi noticiada marginalmente pelo jornal norte-americano *The New York Times*, o qual emitiu apenas uma pequena nota na sessão "Resumo sobre negócios mundiais". O *JB* acrescentou que o membro consultor do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, o pesquisador especializado em América Latina Mark Falcoff, mostrou-se despreocupado ao analisar as viagens do Presidente brasileiro e afirma que o presidente petista segue políticas econômicas e internacionais de Fernando Henrique Cardoso. O estudioso avalia a imagem do Brasil nos Estados Unidos como moderadamente positiva e vê a política internacional de Lula como uma continuidade a do seu antecessor. O especialista aponta também para uma paranóia brasileira no que tange a sua preocupação com a extensão geográfica do país a aos boatos sobre livros de geografia norte-americanos que tratam a Amazônia como território internacional. Para ele, isto perde importância tendo em vista o dinamismo da economia brasileira. O pesquisador finaliza dizendo: "Na Escola Superior de Guerra do Brasil, há trabalhos que apontam para uma preocupação com a cobiça internacional pela floresta. Já faz muito tempo que eu estudei geografia na escola, mas posso assegurar aos militares brasileiros que não me lembro de ter visto a Amazônia representada dessa forma". (Jornal do Brasil – Brasil – 28/05/04).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

**O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da

Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy, Ana Claudia Jaquetto Pereira, Leonardo Ulian Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.